

<p>Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul</p>			<p>Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)</p>		
<p>NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)</p> <p style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">54200876605</p>	<p>Código da Natureza Jurídica</p> <p style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">2062</p>	<p>Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio</p>			

**1 - REQUERIMENTO**

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul

Nome: KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		021	1	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

Nº FCN/REMP

MSE2300088129

CAMPO GRANDE

Local

24 Agosto 2023

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone de Contato: \_\_\_\_\_

**2 - USO DA JUNTA COMERCIAL**

☐ DECISÃO SINGULAR
☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem À decisão

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

☐ NÃO    \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Data

☐ NÃO    \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Data

☐ NÃO    \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Data

☐ NÃO    \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Data

☐ NÃO    \_\_\_\_\_  
Responsável

☐ NÃO    \_\_\_\_\_  
Responsável

☐ NÃO    \_\_\_\_\_  
Responsável

☐ NÃO    \_\_\_\_\_  
Responsável

**DECISÃO SINGULAR**

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)  
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.  
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

**DECISÃO COLEGIADA**

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)  
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.  
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Vogal

\_\_\_\_\_  
Vogal

\_\_\_\_\_  
Vogal

Presidente da \_\_\_\_\_ Turma

**OBSERVAÇÕES**

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul

Certifico registro sob o nº 55076633 em 28/08/2023 da Empresa KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA, CNPJ 08440584000128 e protocolo 231159226 - 25/08/2023. Autenticação: EF7B27AFBBA387D1E9B62BFDAD70902FB2CD30. Márcio Cavassa do Valle - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucems.ms.gov.br> e informe nº do protocolo 23/115.922-6 e o código de segurança myls Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/08/2023 por Márcio Cavassa do Valle Secretário-Geral.

MÁRCIO CAVASSA DO VALLE  
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 1/19



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Registro Digital

## Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/115.922-6	MSE2300088129	24/08/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
693.592.291-72	KARLOS CESAR FERNANDES	24/08/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

008.267.141-96	KENYA CAMILA FERNANDES BELTRAO	24/08/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

298.337.521-87	NILSON BARBOSA MACHADO	25/08/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul

Certifico registro sob o nº 55076633 em 28/08/2023 da Empresa KCINCO CAMINHOES E ONIBUS LTDA, CNPJ 08440584000128 e protocolo 231159226 - 25/08/2023. Autenticação: EF7B27AFBBA387D1E9B62BFDAD70902FB2CD30. Márcio Cavassa do Valle - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucems.ms.gov.br> e informe nº do protocolo 23/115.922-6 e o código de segurança myls Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/08/2023 por Márcio Cavassa do Valle Secretário-Geral.

**DÉCIMA OITAVA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL  
KCINCO CAMINHÕES E ONIBUS LTDA**

**KARLOS CÉSAR FERNANDES**, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, empresário, nascido em 09/08/1979 na Cidade de Umuarama-PR, portador do documento de identidade RG nº 846.196 SEJUSP/MS, e do CPF 693.592.291-72, residente e domiciliado na Rua Antônio Oliveira Lima, 656, Bairro Itanhangá, Campo Grande/MS, CEP 79.003-100;

**KENYA CAMILA FERNANDES BELTRÃO**, brasileira, casada pelo regime de separação total de bens, empresária, nascida em 16/10/1985 na Cidade de Campo Grande - MS, portadora do documento de identidade RG sob nº 1334597 SEJUSP/MS e CPF 008.267.141-96, residente e domiciliada na Avenida do Poeta nº 35, casa 35, Parque dos Poderes - Campo Grande – MS, CEP 79.017-080;

**NILSON BARBOSA MACHADO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 06/11/1965 na cidade de Campo Grande – MS, portador do documento de identidade RG sob n.º 278.839 SSP/MS e do CPF 298.337.521-87, residente à Rua Nelson Borges de Barros, 438, Bairro Carandá Bosque II, em Campo Grande – MS, CEP 79.032-190.

Únicos sócios componentes da Sociedade Limitada, denominada **KCINCO CAMINHÕES E ONIBUS LTDA**, constituída por instrumento particular arquivado na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso do Sul, sob n.º 54.200.876.605 em sessão de 21/11/2006, com 1ª alteração contratual registrada sob nº 54219024 em 19/10/2007, 2ª alteração contratual registrada sob nº 54220195 em 13/11/2007, 3ª alteração contratual registrada sob nº 54227437 em 31/03/2008, 4ª alteração contratual registrada sob nº 54239939 em 30/10/2008, 5ª alteração contratual registrada sob nº 54256381 em 13/08/2009, 6ª alteração contratual registrada sob nº 54309785 em 07/11/2011, 7ª alteração contratual registrada sob nº 54378350 em 14/05/2014, 8ª alteração contratual registrada sob nº 54391975 em 17/11/2014, 9ª alteração contratual registrada sob nº 20168795566 em 15/03/2016, 10ª alteração contratual



registrada sob nº 54574130 em 26/03/2019, 11ª alteração contratual registrada sob nº 545774130 em 26/03/2019, 12ª alteração contratual registrada sob nº 54669416 em 24/06/2020, 13ª alteração contratual registrada sob nº 54688512 em 24/09/2020, 14ª alteração contratual registrada sob nº 54692625 em 16/10/2020, 15ª alteração contratual registrada sob nº 54695778 em 31/10/2020 e 16ª alteração contratual registrada sob nº 54851734 em 24/06/2022, 17ª alteração contratual registrada sob nº 54937307 em 16/01/2023 com sede na cidade de Campo Grande - MS, Av. Gury Marques nº 3211 – Vila Olinda - CEP 79060-000, devidamente inscrita no **CNPJ 08.440.584/0001-28**, tem entre si, justo e contratado, esta 18ª (décima oitava) alteração e consolidação do contrato social, o qual passará a vigor com a seguinte redação:

### **CAPÍTULO III ADMINISTRAÇÃO**

Os administradores declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

### **CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

A vista da modificação ora ajustada consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

### **CONTRATO SOCIAL KCINCO CAMINHÕES E ONIBUS LTDA CNPJ Nº 08.440.584/0001-28 NIRE 54200876605**



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul

Certifico registro sob o nº 55076633 em 28/08/2023 da Empresa KCINCO CAMINHÕES E ONIBUS LTDA, CNPJ 08440584000128 e protocolo 231159226 - 25/08/2023. Autenticação: EF7B27AFBBA387D1E9B62BFDAD70902FB2CD30. Márcio Cavassa do Valle - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucems.ms.gov.br> e informe nº do protocolo 23/115.922-6 e o código de segurança myls Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/08/2023 por Márcio Cavassa do Valle Secretário-Geral.

**CAPÍTULO I**  
**DENOMINAÇÃO SOCIAL, LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, SEDE,**  
**OBJETO SOCIAL E PRAZO DE DURAÇÃO**

- 1.1 A sociedade gira sob a denominação social de **KCINCO CAMINHÕES E ONIBUS LTDA.**
- 1.2 Nome Fantasia é **KCINCO.**
- 1.3 O endereço da Sociedade é na Av. Gury Marques nº 3211 – Vila Olinda, na cidade de Campo Grande, MS - CEP 79060-000.
- 1.4 A Sociedade é regida por este Contrato Social, pelas disposições legais pertinentes às sociedades limitadas e, supletivamente, pela legislação aplicável às sociedades anônimas, nos termos do parágrafo único do artigo 1.053 da do Código Civil.
- 1.5 A Sociedade por resolução tomada por sócios representando 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, abrir, transferir ou encerrar filiais, escritórios ou outros estabelecimentos em todo território nacional.
- 1.6 A Sociedade tem por objeto social as seguintes atividades: Comércio Varejista de Compra e Venda de Automóveis, Camionetas, Reboque e Semirreboque, inclusive Trailers Novos e Usadas. Comércio por atacado de caminhões novos e usados. Comércio por atacado de ônibus e micro-ônibus novos e usados. Comércio atacadista de tratores agrícolas, máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário partes e peças novos e usados. Comércio Varejista de Peças e Acessórios Novos. Comércio varejista de Pneus, Câmaras de ar novos e usados para veículo automotor. Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplanagem, mineração e construção partes e peças. Manutenção Mecânica de Veículos Automotores, Caminhões e Ônibus. Serviços de Funilaria, Pintura e Tapeçaria de veículos automotores. Serviço de manutenção e reparação Elétrica de veículos automotores. Representação Comercial de Veículos Automotores Novos e Usados. Intermediação em Vendas de Veículos Automotores Novos e Usados. Consignação em Vendas de Veículos Automotores Novos e Usados. Comércio por atacado de reboques e semirreboques novos e usados. Comércio Atacadista de Ar condicionado novos para veículos automotores. Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente partes e peças (Geradores e Transformadores Elétricos e Implementos Rodoviários), Montagem de Veículos



especiais, Serviços de Instalação Manutenção e Reparação de Acessórios para veículos automotores, Representação comercial por conta de Terceiros.

1.7 A presente sociedade iniciou suas atividades em 01/01/2007 e seu prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

1.8 Sem prejuízo dos demais termos expressamente definidos neste Contrato Social, os termos abaixo, quando iniciados em letras maiúsculas, terão os seguintes significados:

“Código Civil” significa a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

“Cargos de Primeiro Escalão” significa os cargos de Administrador ou gerente da Sociedade, bem como qualquer outro cargo com posição hierárquica equivalente, ainda que sob denominação diversa.

“Data da Resolução” significa (i) no caso de falecimento de um sócio, a do óbito; (ii) na hipótese de retirada imotivada, o sexagésimo dia seguinte ao do recebimento, pela Sociedade, da notificação do sócio retirante; (iii) no recesso, o dia do recebimento, pela Sociedade, da notificação do sócio dissidente; (iv) na exclusão judicial de qualquer sócio, a do trânsito em julgado da decisão que dissolver parcialmente a Sociedade; e (v) na exclusão extrajudicial por falta grave, a data da reunião de sócios que a tiver deliberado.

“IPCA” significa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo IBGE.

“Parentes” significa, em relação a qualquer dos sócios, (i) seus respectivos cônjuges, companheiros e demais parentes por afinidade, nos termos do artigo 1.595 do Código Civil; (ii) em linha reta, os seus ascendentes e descendentes até o 2º grau; e (iii) em linha colateral, até o 4º grau.

“Orçamento Anual” significa cada orçamento anual que venha a ser aprovado pelos sócios nos termos deste Contrato Social, prevendo as fontes e as aplicações dos recursos da Sociedade, compreendendo período não superior a 12 (doze) meses.

“Ônus” significa todos e quaisquer ônus ou gravames, incluindo, mas não se limitando a, qualquer promessa de venda, opção de compra, vínculo, encargos, caução, restrição, direito de preferência ou de primeira oferta, direito de garantia, fideicomisso, penhor, hipoteca,

alienação fiduciária, usufruto ou qualquer outro direito real de fruição, caução ou outra garantia, bem como quaisquer outros direitos ou reivindicações que possuam substancialmente os mesmos efeitos dos institutos ora referidos.

“Valor de Saída” significa o valor correspondente a 60 (sessenta) vezes a média do resultado financeiro da Sociedade nos últimos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à Data da Resolução, apurado com base no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR), ajustado proporcionalmente à participação detida pelo sócio retirante no capital social da Sociedade, conforme a seguinte fórmula:

$$\text{Valor de Saída} = \frac{\text{Resultado Financeiro médio de 24 meses} \times 60 \times \text{participação no capital social (\%)}}{100}$$

## CAPÍTULO II

### CAPITAL SOCIAL, QUOTAS E PARTICIPAÇÃO

2.1. O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 730.000,00 (Setecentos e trinta mil reais), dividido em 730.000 (Setecentos e trinta mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, assim distribuídas entre os sócios e possíveis alterações posteriores (“Quotas”):

SÓCIOS	QUOTAS	%	VALOR
Kenya Camila Fernandes Beltrão	346.750	47,5%	346.750,00
Karlos Cesar Fernandes	346.750	47,5%	346.750,00
Nilson Barbosa Machado	36.500	5%	36.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>730.000</b>	<b>100%</b>	<b>730.000,00</b>

2.2. A responsabilidade de cada sócio será limitada ao valor de suas respectivas Quotas, mas todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social, de acordo com o artigo 1.052 do Código Civil.

2.3. Todas as Quotas são iguais e indivisíveis perante a Sociedade.



### **CAPÍTULO III**

### **ADMINISTRAÇÃO**

3.1. A administração da Sociedade caberá aos sócios **KARLOS CÉSAR FERNANDES**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, nascido em 09/08/1979 na cidade de Umuarama – PR, portador do documento de identidade RG sob o n.º 846.196 SEJUSP/MS e do CPF 693.592.291-72 residente e domiciliado na Rua Antônio de Oliveira Lima nº 656, Bairro Itanhangá Park - Campo Grande/MS, CEP 79.003-100; **KENYA CAMILA FERNANDES BELTRÃO**, brasileira, casada sob o regime de separação total de bens, empresária, nascida em 16/10/1985 na cidade de Campo Grande - MS, portadora do documento de identidade RG sob o n.º 1334597 SEJUSP/MS e do CPF 008.267.141-96, residente e domiciliada na Avenida do Poeta nº 35, casa 35, Parque dos Poderes - Campo Grande/MS, CEP 79.017-080; e **NILSON BARBOSA MACHADO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 06/11/1965 na cidade Campo Grande - MS, portador do documento de identidade RG sob o n.º 278.839 SSP/MS e do CPF 298.337.521-87, residente à Rua Nelson Borges de Barros, 438, Bairro Carandá Bosque II, em Campo Grande/MS, CEP 79.032-190, (“Nilson” e, em conjunto com Karlos e Kenya, os “Administradores”), que exercerão seus cargos com mandatos por tempo indeterminada.

3.2. A Sociedade poderá ser representada ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, por 2 (dois) Administradores, sempre agindo em conjunto entre si, em quaisquer atos, independentemente de valor, podendo, para tanto, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas, fazer acordos, contrair obrigações, celebrar contratos e adquirir, alienar e onerar bens.

3.3. Os Administradores estão dispensados de prestar caução em garantia do exercício de seus cargos.

3.4. Todas as procurações em nome da Sociedade deverão ser outorgadas por 2 (dois) Administradores, agindo em conjunto, e deverão especificar todos os poderes outorgados, e, exceto as procurações “ad judícia”, deverão ter duração de até 1 (um) ano.

3.5. Quaisquer atos praticados pelos Administradores, por qualquer empregado ou procurador da Sociedade, em nome desta, e que sejam estranhos ao objeto social são expressamente proibidos e nulos de pleno direito.



3.6. Os administradores declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

## **CAPÍTULO IV**

### **DELIBERAÇÕES SOCIAIS E REUNIÕES DE SÓCIOS**

4.1. As deliberações de sócios serão tomadas em reuniões convocadas pelos Administradores ou por sócios representando, no mínimo, 25% (quarenta por cento) do capital social, convocadas com, pelo menos, 7 (sete) dias úteis de antecedência, por meio de notificação escrita contendo data, hora, local e ordem do dia, entregue a todos os sócios em seus respectivos endereços eletrônicos.

4.2. Dispensam-se as formalidades de convocação previstas acima quando a totalidade dos sócios comparecerem à reunião, por si ou por meio de representantes, ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia da reunião de sócios, indicando por escrito como votam.

4.3. A reunião dos sócios, em primeira convocação, instala-se somente com a presença de sócios representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número. Em segunda convocação, a Reunião de Sócios ocorrerá 7 (sete) dias úteis após a data da sua não instalação em primeira convocação, sem a necessidade de envio de nova notificação prévia.

4.4. Caso sejam convocadas duas ou mais reuniões de sócios para deliberar sobre a mesma matéria, prevalecerá a que primeiro houver sido convocada.

4.5. A reunião de sócios será presidida e secretariada por quaisquer dos presentes, desde que o presidente e o secretário sejam aprovados por sócios representando 75% (setenta e cinco) por cento do capital social.

4.6. As reuniões de sócios não requererão quaisquer providências, formalidades ou quórum não previstos neste capítulo.

4.7. A reunião de sócios será dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela. Os sócios poderão enviar os seus respectivos votos por

escrito a todos os demais sócios, por meio de mensagem eletrônica, até 2 (duas) horas antes do horário marcado para o início da reunião de sócios em questão.

4.8. Poderão ser celebrados entre os sócios um ou mais acordos de quotistas para regular as matérias previstas ou não no presente Contrato Social.

4.8.1. A Sociedade e os Administradores deverão observar o “Acordo de Quotistas das Sociedades do Grupo Enzo” celebrado em 06 de Dezembro de 2022 e arquivado na sede da Sociedade (“Acordo de Quotistas”). O presidente da reunião de sócios não computará votos proferidos em infração ao Acordo de Quotistas, inclusive no que diz respeito às deliberações tomadas em reunião prévia de sócios, nos termos ali previstos. O não comparecimento à reunião de sócios, bem como a abstenção de voto de qualquer sócio que seja parte do Acordo de Quotistas, assegura aos sócios prejudicados o direito de votar com as Quotas pertencentes ao sócio ausente ou omissor.

4.9. Em caso de conflito entre as disposições deste Contrato Social e o Acordo de Quotistas, deverá prevalecer o disposto no Acordo de Quotistas.

4.10. Cada Quota confere ao seu titular direito a um voto nas reuniões de sócios.

4.11. Sem prejuízo de outras matérias que venham a ser submetidas à apreciação dos sócios, cuja aprovação dependerá do voto favorável de sócios titulares de Quotas representativas de 75% do capital social, as seguintes matérias estão sujeitas à aprovação em reunião de sócios, em conformidade com os quóruns previstos nas cláusulas 4.11.1 e 4.11.2 abaixo:

- (i) aprovação das contas da administração e do balanço patrimonial;
- (ii) aprovação da destinação do resultado líquido de cada exercício social;
- (iii) a alteração do contrato social de uma Sociedade;
- (iv) a eleição de administradores da Sociedades;
- (v) definição da remuneração global anual dos administradores das Sociedades e da política de remuneração de administradores das Sociedades;
- (vi) aprovação e eventual revisão do Orçamento Anual de cada Sociedade;



- (vii) realização de qualquer transação entre uma Sociedade e uma parte relacionada, em conformidade com as definições constantes das normas contábeis em vigor a respeito do tema;
- (viii) aprovação de quaisquer operações de natureza financeira, tais como empréstimos, financiamentos e aberturas de linhas de crédito, bem como eventuais modificações de tais operações, que resultem no aumento do endividamento da Sociedade, ou que façam com que as operações já existentes se tornem mais onerosas, em valores superiores, em moeda corrente nacional, ao equivalente a 5.000 (cinco mil) vezes o salário-mínimo vigente quando da aprovação da operação (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza e realizados num mesmo exercício social), exceto se previsto no Orçamento Anual;
- (ix) outorga de garantias de qualquer natureza a terceiros, incluindo a concessão, pela Sociedade, de avais, fiança ou outras garantias, exceto se previsto no Orçamento Anual;
- (x) realização pela Sociedade de qualquer investimento, exceto para a aquisição de bens que integrem o ativo circulante, em valor superior, em moeda corrente nacional, a 5.000 (cinco mil) vezes o salário-mínimo vigente quando da aprovação da operação (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social), para o desenvolvimento de novos projetos pela Sociedade em novos negócios e novas linhas de atividade, exceto se previsto no Orçamento Anual;
- (xi) aprovação da realização pela Sociedade de qualquer investimento em participação societária (tais como subscrição de aumentos de capital, adiantamentos de aumento de capital, subscrição de títulos conversíveis em participação acionária, aquisição de participações societárias, celebração de parcerias e joint ventures, entre outros) em valor superior, em moeda corrente nacional, a 5.000 (cinco mil) vezes o salário mínimo vigente quando da aprovação da operação (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social), exceto se previsto no Orçamento Anual;

- (xii) aprovação da venda, transferência, constituição de quaisquer Ônus ou outra forma de alienação ou oneração, pela Sociedade, de bens ou direitos que integrem o ativo não circulante, tangíveis e intangíveis, incluindo os direitos de propriedade intelectual, em valor superior, em moeda corrente nacional, a 5.000 (cinco mil) vezes o salário-mínimo vigente quando da aprovação da operação, exceto se previsto no Orçamento Anual;
- (xiii) aprovação da celebração de contratos de qualquer natureza, exceto para a aquisição ou alienação de bens do ativo circulante, que envolvam valores superiores, em moeda corrente nacional, a 5.000 (cinco mil) vezes o salário-mínimo vigente quando da aprovação da operação (considerando o ato isoladamente ou um conjunto de atos correlatos), exceto se estiverem previstos no Orçamento Anual ou se referirem a aditivos de prorrogação de prazo contratual e eventuais rescisões;
- (xiv) a modificação nas práticas contábeis da Sociedade;
- (xv) a contratação de Parentes para atuarem na Sociedade, bem como sua demissão;
- (xvi) a substituição ou a destituição dos administradores;
- (xvii) aumento ou redução do capital social;
- (xviii) alteração do objeto social das Sociedades;
- (xix) alteração dos dispositivos do contrato social que tratem da resolução da Sociedade em relação a um sócio, a qualquer título;
- (xx) alteração de dispositivos do contrato social que tratem das regras de destinação dos resultados do exercício social e da distribuição de proventos pela Sociedade;
- (xxi) a contratação de Parentes para ocupar Cargos de Primeiro Escalão;
- (xxii) criação de nova classe de Quotas, alteração dos direitos atribuídos às Quotas existentes, ou a conversão de Quotas de uma classe em Quotas de outra classe;

- (xxiii) formulação de pedido recuperação judicial, falência, dissolução ou liquidação da Sociedade, incluindo a nomeação e destituição do liquidante e cessação do estado de liquidação; e
- (xxiv) a transformação da Sociedade em outro tipo societário.

4.11.1. A aprovação das matérias listadas nos itens (i) a (xvii) acima dependerá do voto afirmativo de sócios titulares de Quotas representativas de, no mínimo, 75% do capital social.

4.11.2. A aprovação das matérias listadas nos itens (xviii) a (xxiv) acima dependerá do voto afirmativo da unanimidade dos sócios.

4.12. Nenhum sócio, por si ou na condição de mandatário, poderá votar, no âmbito das reuniões de sócios, matéria que lhe diga respeito diretamente ou que a beneficie de modo particular (“Impedimento de Voto”).

4.13. O cômputo dos quóruns de deliberação indicados nas Cláusulas 4.11.1 e 4.11.2 acima não levará em consideração as Quotas detidas por sócios que se encontrarem em uma situação de Impedimento de Voto.

## **CAPÍTULO V**

### **EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

5.1. O exercício social termina em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras requeridas em lei.

5.2. Em até 4 (quatro) meses do final de cada exercício social, sócios representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco) por cento do capital social, conforme o disposto na Cláusula 4.11 acima, tomarão as contas dos administradores, decidirão sobre a sua aprovação e destinação dos lucros.

5.3. Anualmente, uma vez deduzidos os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto sobre a renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, o lucro líquido da Sociedade será destinado em conformidade com a deliberação tomada nos termos da cláusula 4.11, item (ii), acima.

## **CLÁUSULA VI UTILIZAÇÃO DE BENS SOCIAIS**

6.1. É vedado aos sócios, como regra geral, utilizar bens ou direitos pertencentes aos patrimônios da Sociedade em benefício próprio, de seus Parentes ou de quaisquer outras pessoas a elas relacionadas, físicas ou jurídicas, exceto mediante autorização prévia, expressa e por escrito, de todos os demais sócios.

## **CAPÍTULO VII RESOLUÇÃO PARCIAL DA SOCIEDADE**

7.1. A Sociedade poderá ser resolvida parcialmente, em relação a um ou mais sócios, em razão de (i) falecimento; (ii) exercício do direito de retirada; ou (iii) exclusão, judicial ou extrajudicial. Nesses casos, tal(is) sócio(s) da Sociedade fará jus a receber, a título de apuração de haveres, o montante equivalente o Valor de Saída de suas Quotas.

7.2. Os haveres de que trata a Cláusula 7.1 acima (i) deverão ser pagos em até 12 (doze) meses contados da respectiva Data da Resolução do Valor de Saída em questão, em parcelas mensais iguais; e (ii) poderão, observado o disposto no Acordo de Quotistas, ser parcialmente pagos por meio da transferência da propriedade de imóveis detidos pela Sociedade, cujo valor deverá ser apurado em laudo de avaliação emitido por empresa especializada de primeira linha, a ser escolhida pelos sócios remanescentes.

## **CAPÍTULO VIII TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS E CESSÃO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA**

8.1. Quaisquer transferências de Quotas ou de direitos de subscrição de novas Quotas a terceiros, bem como a constituição de Ônus sobre as Quotas, deverão observar o disposto no Acordo de Quotistas, sob pena de tais atos serem nulos e ineficazes.

## **CAPÍTULO IX DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO**

9.1. A Sociedade não se dissolverá pela incapacidade, falecimento, separação judicial ou divórcio, interdição, insolvência ou falência, exclusão ou retirada de qualquer sócio,

prossequindo a mesma com os sócios remanescentes, observado o disposto neste Contrato Social e no Acordo de Quotistas.

9.2. A Sociedade será dissolvida por deliberação dos sócios, conforme o disposto neste Contrato Social e nas demais hipóteses previstas em lei. Dissolvida a Sociedade, sua liquidação será procedida de conformidade com o disposto no Código Civil.

## **CAPÍTULO X**

### **SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

10.1 Este Contrato Social será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

10.2. Todos os conflitos oriundos ou relacionados a este Contrato Social, inclusive aqueles que se refiram à sua validade, eficácia, violação, interpretação, término e rescisão, que não forem solucionados de forma amigável no prazo de 30 (trinta) dias após um dos sócios ter informado os demais sobre a sua existência, serão resolvidos por arbitragem, observados os seguintes termos.

10.3. A arbitragem será administrada e conduzida de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“Centro de Arbitragem e Mediação da CCBC”) em vigor na data de apresentação do requerimento de arbitragem.

10.4. A arbitragem será conduzida em português e terá sede na cidade de São Paulo/SP.

10.5. O Tribunal Arbitral será composto por 3 (três) árbitros, cabendo as partes de cada polo indicar 1 (um) árbitro, os quais, de comum acordo, nomearão o terceiro árbitro, que funcionará como Presidente do Tribunal Arbitral.

10.6. É vedado aos árbitros julgar por equidade.

10.7. Os sócios e a Sociedade se vinculam para todos os fins e efeitos de direito à presente cláusula compromissória. No entanto, previamente à instauração do Tribunal Arbitral, poderão ser requeridas perante o juízo comum competente medidas de urgência para a proteção ou salvaguarda de direitos ou de cunho preparatório, sem que isso seja interpretado como uma renúncia à arbitragem. Para o exercício das referidas tutelas jurisdicionais, os sócios e a Sociedade elegem o foro central da Cidade de Campo Grande, com renúncia





expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Quaisquer pedidos ou medidas implementadas pela autoridade judicial deverão ser notificadas sem demora ao Centro de Arbitragem e Mediação da CCBC pela Parte requerente, devendo esta informar ao Tribunal Arbitral competente, que poderá, assim que constituído, rever, conceder, manter ou revogar a medida de urgência solicitada.

10.8. Exceto se a sentença arbitral determinar diversamente, as despesas incorridas na arbitragem, excluídos os honorários advocatícios, serão divididas igualmente entre as partes do procedimento arbitral.

10.9. Os sócios e a Sociedade concordam que a arbitragem deverá ser mantida estritamente confidencial, e seus elementos (incluindo as alegações das partes, provas, laudos e outras manifestações de terceiros e quaisquer outros documentos apresentados ou trocados no curso do procedimento arbitral), somente serão revelados ao Tribunal Arbitral, aos sócios, aos seus advogados e a qualquer pessoa cuja participação na arbitragem se faça necessária ao seu desenvolvimento, exceto se a divulgação for exigida para cumprimento das obrigações impostas por lei ou por decisão de qualquer autoridade competente.

E, por estarem assim justas e acordadas, assinam as partes o presente instrumento em via única.

Campo Grande, 23 de Agosto de 2023.

Karlos César Fernandes

Kenya Camila Fernandes Beltrão

Nilson Barbosa Machado





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/115.922-6	MSE2300088129	24/08/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
693.592.291-72	KARLOS CESAR FERNANDES	24/08/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

008.267.141-96	KENYA CAMILA FERNANDES BELTRAO	24/08/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

298.337.521-87	NILSON BARBOSA MACHADO	25/08/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul

Certifico registro sob o nº 55076633 em 28/08/2023 da Empresa KCINCO CAMINHOES E ONIBUS LTDA, CNPJ 08440584000128 e protocolo 231159226 - 25/08/2023. Autenticação: EF7B27AFBBA387D1E9B62BFDAD70902FB2CD30. Márcio Cavassa do Valle - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucems.ms.gov.br> e informe nº do protocolo 23/115.922-6 e o código de segurança myls Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/08/2023 por Márcio Cavassa do Valle Secretário-Geral.



## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa KCINCO CAMINHOES E ONIBUS LTDA, de CNPJ 08.440.584/0001-28 e protocolado sob o número 23/115.922-6 em 25/08/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 55076633, em 28/08/2023. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Francine Carvalho de Araujo.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Márcio Cavassa do Valle. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucems.ms.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
693.592.291-72	KARLOS CESAR FERNANDES	24/08/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
008.267.141-96	KENYA CAMILA FERNANDES BELTRAO	24/08/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
298.337.521-87	NILSON BARBOSA MACHADO	25/08/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

### Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
693.592.291-72	KARLOS CESAR FERNANDES	24/08/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
008.267.141-96	KENYA CAMILA FERNANDES BELTRAO	24/08/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
298.337.521-87	NILSON BARBOSA MACHADO	25/08/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 23/08/2023



Documento assinado eletronicamente por Francine Carvalho de Araujo, Servidor(a) Público(a), em 28/08/2023, às 08:23.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucems](http://www.jucems.ms.gov.br) informando o número do protocolo 23/115.922-6.



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
311.958.731-15	MARCIO CAVASSA DO VALLE

Campo Grande. segunda-feira, 28 de agosto de 2023



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul

Certifico registro sob o nº 55076633 em 28/08/2023 da Empresa KCINCO CAMINHOES E ONIBUS LTDA, CNPJ 08440584000128 e protocolo 231159226 - 25/08/2023. Autenticação: EF7B27AFBBA387D1E9B62BFDAD70902FB2CD30. Márcio Cavassa do Valle - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucems.ms.gov.br> e informe nº do protocolo 23/115.922-6 e o código de segurança myls Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/08/2023 por Márcio Cavassa do Valle Secretário-Geral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

MS

NOME  
KARLOS CESAR FERNANDES

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF  
846196 SSP MS

CPF  
693.592.291-72

DATA NASCIMENTO  
09/08/1979

FILIAÇÃO  
CARLOS DA GRACA FERNANDES  
MARIA CLEMENTINA APARICIO F  
ERNANDES

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. HAB.  
B

Nº REGISTRO  
00280631535

VALIDADE  
07/10/2031

1ª HABILITAÇÃO  
04/03/1998

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
CAMPO GRANDE, MS

DATA EMISSÃO  
07/10/2021

ASSINADO DIGITALMENTE  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

45305034026  
MS851802427

MATO GROSSO DO SUL

DENATRAN CONTRAN

VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
2307094938

2307094938

## QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:  
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

**SERPRO** / DENATRAN

**QR-CODE**



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço:  
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >.

**SERPRO / DENATRAN**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

MS

NOME  
NILSON BARBOSA MACHADO

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF  
278839 SSP MS

CPF  
298.337.521-87

DATA NASCIMENTO  
06/11/1965

FILIAÇÃO  
NILTON OLIVEIRA MACHADO  
MARILEY BARBOSA MACHADO

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. HAB.  
B

Nº REGISTRO  
03108491061

VALIDADE  
07/10/2026

1ª HABILITAÇÃO  
02/10/1985

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
2307099255

2307099255

OBSERVAÇÕES  
A

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
CAMPO GRANDE, MS

DATA EMISSÃO  
13/10/2021

ASSINADO DIGITALMENTE  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

15064059120  
MS851802834

MATO GROSSO DO SUL

DENATRAN CONTRAN

## QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:  
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

**SERPRO** / DENATRAN



## INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO


**OUTORGANTE:** KCINCO CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob Nº. 08.440.584/0001-28, Inscrição Estadual Nº. 28.341.277-1 e Inscrição Municipal sob Nº. 0012644100-2, com seus atos constitutivos devidamente registrados na (Junta Comercial do Estado) sob Nº.54.200.876.60-5, ora estabelecida na Av. Gury Marques, 3211, Vila Olinda, CEP:79.060-000, na cidade de Campo Grande – Mato Grosso do Sul, neste ato representada pelos seus sócios Sr. Nilson Barbosa Machado, portador da Carteira de Identidade RG Nº. 278.839 SSP/MS e do CPF/MF Nº. 298.337.521-87, residente e domiciliado na Rua Nelson Borges de Barros, 438 – Bairro Carandá Bosque II em Campo Grande/MS, CEP: 79.032-190 e Sr. Karlos César Fernandes, portador da Carteira de Identidade RG Nº. 846.196 SSP/MS e do CPF/MF Nº. 693.592.291-72, residente e domiciliado à Rua Antônio de Oliveira Lima, 656, Bairro Itanhangá Park em Campo Grande/MS, CEP: 79.003-100.

**OUTORGADO:** SR. CARLOS EDUARDO NUNES DE MAMÃ FERNANDES, brasileiro, casado, Diretor comercial, portador do CPF Nº. 861.343.611-00 e do RG Nº. 912.305 SSP/MS, residente e domiciliado à Rua Pedro Álvares Cabral, 73, Bairro Caiçara, nesta cidade de Campo Grande/MS, CEP: 79.090-271.

**PODERES:** Pelo presente instrumento de mandato a empresa KCINCO CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA confere ao SR. CARLOS EDUARDO NUNES DE MAMÃ FERNANDES plenos poderes para representar a sociedade livremente e isoladamente, no limite dos poderes concedidos abaixo, atuando perante aos Órgãos da Administração Pública direta e/ou indireta das esferas: federal, estadual ou municipal, Autarquias, Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas e Privadas, em especial, participar como preposto em qualquer modalidade de licitação, podendo o referido outorgado promover o cadastro da mesma, retirar editais, apresentar propostas, bem como apresentar recursos, impugnações, pedidos de reconsideração, solicitar cópias de documentos, formular lances na fase competitiva da licitação que comporá o preço final da proposta original ou desistir deste, assinar atas e contratos, requerer, na fase permitida, desistência ou retificação de preços iniciais ou quaisquer outras condições oferecidas, podendo ainda ser praticados todos os demais atos em direito permitidos e necessários ao pleno e fiel cumprimento deste mandato, que poderá ser substabelecido, com reservas no todo ou em parte, ficando esclarecido que os poderes ora conferidos ao Outorgado substabelecido somente terão validade nos casos de: 1) Formular lances na fase competitiva da licitação que comporá o preço final da proposta original ou desistir deste, requerer, na fase permitida, desistência ou retificação de preços iniciais ou quaisquer outras condições oferecidas, emitir e firmar o fechamento da operação através da documentação final de qualquer modalidade; 2) Retirar editais; 3) Promover cadastros; 4) Participar de reuniões para entrega de envelopes de documentos e preços; e 5) Para promover recursos e Impugnações. O presente mandato terá validade a partir de 01 de Janeiro de 2024 até 31 de Dezembro de 2024. Em caso de rescisão de contrato de trabalho do Outorgado com a Outorgante, o presente instrumento perderá a validade com relação ao Outorgado.

Por ser expressão de verdade, assinamos a presente procuração.

Campo Grande - MS, 15 de dezembro de 2023.

  
Nilson Barbosa Machado  
Diretor



  
Karlos César Fernandes  
Diretor



**CARTÓRIO TOMAZONI** - 1º OFÍCIO DE NOTAS - FILIPE TOMAZONI - TABELIÃO  
R. Euclides da Cunha, 140 - Centro - Campo Grande/MS - Tel. (67) 3022-8470 - E-mail: 1oficiotomazoni@gmail.com



Consulte a autenticidade  
do selo digital pelo QR-  
code







RECONHECO POR VERDADEIRA A(S) FIRMA(S) DE:  
NILSON BARBOSA MACHADO (SELO: ABW86575-148-RFA) KARLOS CESAR FERNANDES  
(SELO: ABW86576-506-RFA)\*\*\*\*\*  
CAMPO GRANDE - MS, 02/01/2024  
EMOL: R\$6,00 + FUNJECC10%: R\$0,60 + ISS5%: R\$0,30 + FUNADEP6%: R\$0,36 + FUNDE-PGE4%: R\$0,24 + FEADMP10%: R\$0,60 + Selo R\$3,00\*\*\*\*  
= R\$ 11,10. FUNJECC5%: R\$ 0,30.\*\*\*\*\*

ESCREVENTE: THALITA TONIELLO

1º Ofício de Notas - Campo Grande-MS  
Fausto Vasques Filho  
Escrivente Autorizado

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO			
<b>CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN</b>					
2º 1º NOME E SOBRENOME <b>CARLOS EDUARDO NUNES DE MAMA FERNANDES</b>			1ª HABILITAÇÃO <b>23/03/1999</b>		
3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO <b>30/01/1979, CASCAVEL, PR</b>					
4a DATA EMISSÃO <b>23/02/2024</b>		4b VALIDADE <b>22/02/2034</b>		ACC  <b>D</b>	
4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF <b>912305 SEJUPS MS</b>					
4d CPE <b>861.343.611-00</b>		5 Nº REGISTRO <b>00565323216</b>		3 CAT HAB <b>AD</b>	
NACIONALIDADE <b>BRASILEIRO</b>					
FILIAÇÃO <b>NATALIA NUNES DE MAMA</b>					
 					
7 ASSINATURA DO PORTADOR					






9
10
11
12

ACC			
A		22/02/2034	
A1			
B		22/02/2034	
B1			
C		22/02/2034	
C1			

12 OBSERVAÇÕES

A

9
10
11
12

D		22/02/2034	
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

ASSINADO DIGITALMENTE

---

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

71842791513

MS862507073

LOCAL

CAMPO GRANDE, MS

**MATO GROSSO DO SUL**

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and surname / Nombre y Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión - 4a. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta - ACC - 4. Categoria de Identificação - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificação - Autoridade Expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 6. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license class / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filiação - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA005653232<165<<<<<<<<<<  
7901302M340225BRA<<<<<<<<<<6  
CARLOS<<NUNE<DE<MAMA<FERNANDES

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:  
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

**SERPRO / SENATRAM**